

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2021





## Índice

Órgãos Sociais.....	3
Introdução .....	4
Caraterização da Concessão .....	8
Atividade empresarial.....	9
Tráfego .....	9
Sinistralidade.....	11
Áreas de Serviço.....	13
Investimento .....	13
Conservação e manutenção.....	14
Ambiente.....	15
Recursos Humanos.....	16
Negociação Coletiva .....	16
Desempenho .....	17
Formação.....	17
Saúde e Segurança no Trabalho.....	17
Responsabilidade Social Interna .....	18
Sistemas de Informação.....	19
Redes e Sistemas.....	19
Aplicações e Bases de Dados .....	19
Telemática e Equipamentos de Portagem .....	20
Atividades APCAP .....	20
Sistema de Gestão Integrado.....	21
Análise Económico Financeira .....	21
Proveitos Operacionais .....	21
Custos Operacionais.....	23
Resultados.....	23
Ativo .....	24
Capital Próprio e Passivo.....	25
Gestão de Risco .....	26
Informações Legais .....	26
Proposta de Aplicação de Resultados .....	27
Perspetivas para 2022 .....	28
Demonstrações Financeiras 2021 .....	30
Anexo às Demonstrações Financeiras .....	35



## Órgãos Sociais

### Conselho de Administração

Manuel Rebelo Teixeira de Melo Ramos - *Presidente*  
Manuel de Sousa Pereira - *Vogal\**  
Manuel Eduardo Henriques de Andrade Lamego – *Vogal\**  
João Adolfo de Brito Portela - *Vogal*  
José António Labarra Blanco - *Vogal*  
José María Ojeda Ruiz de Luna - *Vogal*  
Manuel António Garcia de Matos - *Vogal*  
Maria Esther Ayuso Gil - *Vogal*

\* Administrador Delegado

### Mesa da Assembleia-Geral

Alexandre Cabral Corte-Real de Albuquerque - Presidente da Mesa da Assembleia-Geral  
Tiago Severim de Melo Alves dos Santos - Secretário da Mesa

### Conselho Fiscal

Joaquim Oliveira de Jesus – presidente  
Fernando Marques Oliveira – vogal  
Pedro Miguel Pereira Manso – vogal  
João António Martins de Sousa e Moura – suplente  
Pedro Manuel Palma Monteiro Varela – suplente

### Auditor Externo

Deloitte & Associados, SROC S.A.,  
Representada por Luís Miguel Baptista da Costa, Roc Nº 1602  
Suplente  
João Carlos Henriques Gomes Ferreira, Roc nº 1129



## **Introdução**

A pandemia de COVID-19 continuou em 2021 a influenciar decisivamente a atividade da AEA – Auto-Estradas do Atlântico. Se o impacto não foi tão negativo como em 2020, a recuperação, para níveis antes da pandemia, acabou por não ocorrer, mantendo-se uma repercussão negativa na atividade da Empresa.

A AEA manteve, adequando-as às circunstâncias, as medidas tomadas, ao nível dos trabalhadores, da organização das operações ou do controlo de custos.

As medidas adotadas a cada momento visaram o cumprimento integral das obrigações contratuais, financeiras e perante os seus fornecedores, sem, igualmente, nunca descuidar os aspetos sanitários e de proteção dos trabalhadores.

Neste enquadramento, os resultados, melhorando, continuaram a ser natural e negativamente afetados, não obstante a AEA, atuando de imediato na adequação da sua operação às sucessivas alterações que se foram verificando na mobilidade de pessoas e bens, continuar a mostrar a sua resistência num ambiente que se manteve particularmente difícil.

## **Enquadramento Macroeconómico**

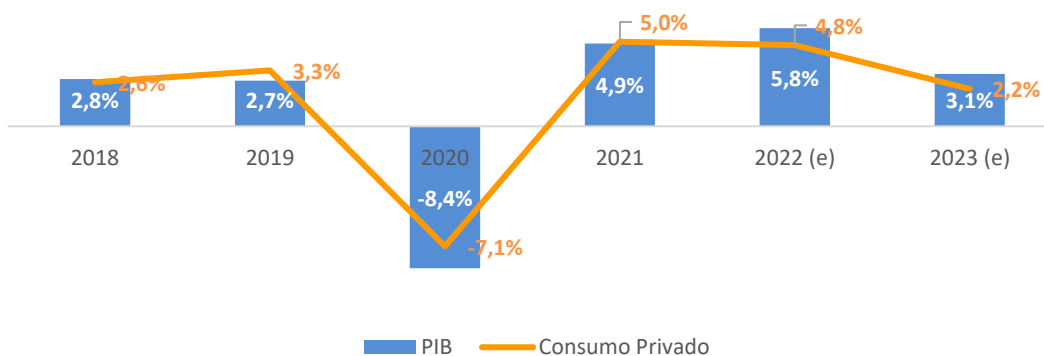
2021 foi novamente um ano caracterizado pela imposição de restrições à mobilidade em muitos países, embora com impactos mais limitados do que os verificados no ano anterior. A intensidade e a duração destas medidas restritivas variaram em função do processo de vacinação, o qual foi avançando de forma mais decisiva nos países mais desenvolvidos, do aparecimento de novas variantes do coronavírus e do contínuo desafio que os decisores públicos enfrentaram para atingir um equilíbrio entre a necessidade de recuperar a normalidade da atividade económica e o risco inerente à sobrecarga dos sistemas de saúde.

Portugal não foi exceção, tendo o início de 2021 ficado marcado por um novo "Estado de Emergência" decretado pelo Governo, com o conseqüente condicionamento na circulação de pessoas e no livre exercício de atividades económicas. Contudo, ao longo do ano, e não obstante a continuidade de algumas das medidas restritivas impostas pelo governo ou o reforço pontual das mesmas em ocasiões especiais (como aconteceu no período natalício), foi-se observando um gradual desconfinamento à medida que o processo de vacinação avançou, com o conseqüente impacto positivo na economia.

Embora com menor intensidade em Portugal do que o verificado noutros países, 2021 ficou igualmente marcado pelo ressurgimento de pressões inflacionistas, com uma significativa tendência ascendente, em particular na segunda metade do ano. Esta aceleração verificou-se na maioria das categorias do IPC, refletindo, direta ou indiretamente, os aumentos dos preços dos bens energéticos, em particular, dos combustíveis rodoviários.

Para 2022-23, a projeção do Banco de Portugal para os indicadores económicos com maior influência na atividade da AEA aponta para que se mantenha um forte dinamismo no crescimento do PIB (suportado pelo consumo privado) e que a inflação se mantenha em níveis elevados em 2022, baixando para níveis inferiores a 2% até ao final do ano e recuando para 1,1% em 2023. A normalização da procura, o alívio gradual nas restrições da oferta e uma crescente adaptação à COVID-19 estão na base destas estimativas.

### **Evolução do PIB e do Consumo Privado em Portugal (2018 – 2023e)**

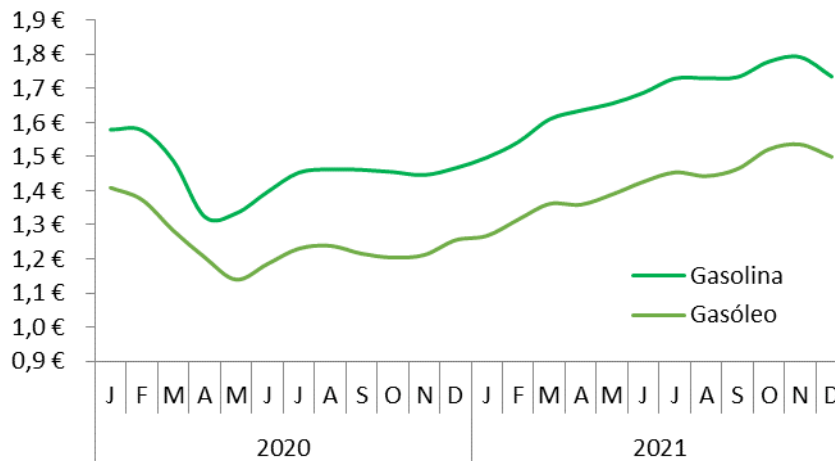


Fonte: Banco de Portugal



## COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS

Em 2021, o preço médio anual de venda ao público da gasolina aumentou 15,5% face ao ano anterior. O preço do gasóleo também registou um aumento, embora ligeiramente inferior (14,1%).



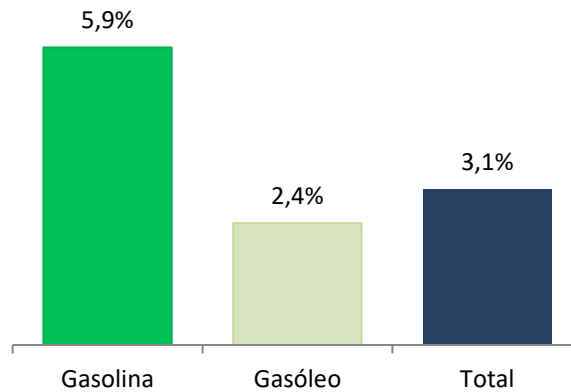
### **Preço médio anual de venda ao público dos combustíveis rodoviários**

	2020	2021	Variação
Gasolina	1,45 €	1,68 €	15,5%
Gasóleo	1,25 €	1,42 €	14,1%

Fonte: DGEG, Direção Geral de Energia e Geologia

O volume de vendas de combustíveis registou um aumento de 3,1%, suportado pelo aumento da venda de gasolina (+5,9%).

### Venda de Combustíveis Rodoviários, Portugal, 2020-2021

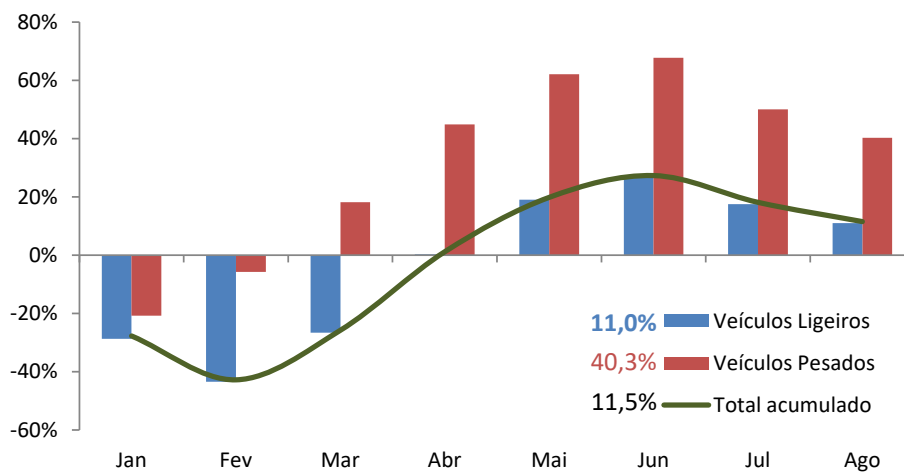


Fonte: DGEG, Direção Geral de Energia e Geologia

### MERCADO AUTOMÓVEL

Até agosto de 2021 foram vendidos cerca de 124 mil veículos em Portugal, o que corresponde um aumento de 11,5% face ao mesmo período de 2020.

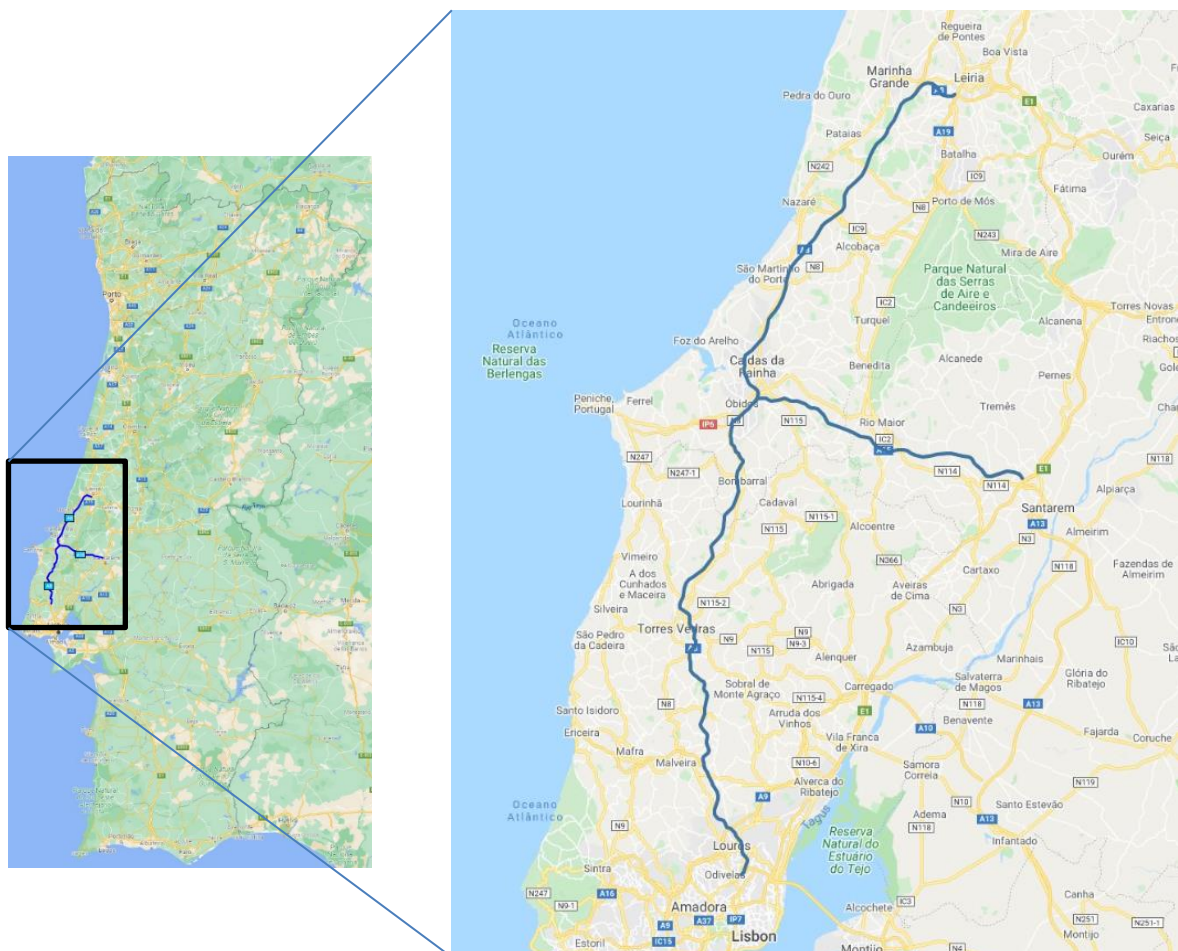
### Evolução mensal acumulada das vendas de veículos novos, Portugal, agosto 2021



Fonte: APCAP, Associação Automóvel de Portugal

## Caraterização da Concessão

A Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. (AEA) tem como objeto social a conceção, construção, financiamento, exploração e conservação de autoestradas e outras redes viárias, na zona Oeste de Portugal, compreendendo a A8 – Auto-estrada do Oeste entre Olival de Basto (Lisboa) e Leiria Sul e a A15 – Auto-estrada Arnóia – Santarém, num total de 170 km.



A rede encontra-se totalmente construída e em operação, terminando a sua concessão em dezembro de 2028.



	Extensão (em kms)				
	Total	perfil		portagem	
		2x2	2x3	com	sem
A8 – Lisboa - Leiria	129,8	73,7	56,1	103,8	26,0
A15 – Arnóia – Santarém	40,2	40,2		40,2	
Extensão da rede	170,0	113,9	56,1	144,0	26,0

## Atividade empresarial

### Tráfego

As perspetivas para 2021, após o extremamente negativo ano de 2020, apontavam para uma recuperação que, embora tenha ocorrido, não foi com a magnitude esperada.

No primeiro e quarto trimestre ocorreram novas vagas de COVID19 com novas restrições à mobilidade, se bem que o nível de vacinação tenha conduzido a que a repercussão na procura de tráfego no final do ano tenha sido muito reduzida.

TMD Total	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
TMD 2020	16 637	11 226	19 843	15 401	15 787
TMD 2021	11 327	17 645	21 591	19 807	17 627
variação	-31,92%	57,18%	8,81%	28,61%	11,65%

TMD Pagante	1T21	2T21	3T21	4T21	2021
TMD 2020	14 056	9 347	16 979	12 915	13 333
TMD 2021	9 460	14 942	18 623	16 934	15 020
variação	-32,70%	59,85%	9,68%	31,12%	12,65%

O crescimento do tráfego foi relativamente homogéneo em toda a rede, onde a A8 Sul é a seção mais importante.



Lanços com portagem	2018	2019	2020	2021	Δ % 2021/2020
<b>A8 (Sul)</b>					
- Tráfego Médio Diário Anual	29 637	30 981	23 554	26 362	11,9%
- Circulação	590	617	470	525	11,6%
<b>A8 (Norte)</b>					
- Tráfego Médio Diário Anual	12 013	12 772	9 454	10 912	15,4%
- Circulação	216	230	170	196	11,9%
<b>A8 (Total)</b>					
- Tráfego Médio Diário Anual	<b>21 275</b>	<b>22 342</b>	<b>16 864</b>	<b>19 032</b>	<b>12,9%</b>
- Circulação	<b>806</b>	<b>847</b>	<b>641</b>	<b>721</b>	<b>11,9%</b>
<b>A15</b>					
- Tráfego Médio Diário Anual	4 797	4 991	4 221	4 666	10,6%
- Circulação	70	73	62	69	10,3%
<b>Total da Rede pagante</b>					
- Tráfego Médio Diário Anual	<b>16 674</b>	<b>17 496</b>	<b>13 333</b>	<b>15 020</b>	<b>12,7%</b>
- Circulação	<b>877</b>	<b>920</b>	<b>703</b>	<b>790</b>	<b>12,3%</b>
<b>Total da Rede</b>					
- Tráfego Médio Diário Anual	<b>19 652</b>	<b>20 529</b>	<b>15 787</b>	<b>17 627</b>	<b>11,7%</b>
- Circulação	<b>1220</b>	<b>1274</b>	<b>983</b>	<b>1094</b>	<b>11,3%</b>

Circulação - ( $\Sigma$  Veículos x quilómetros x dias de operação) / 10<sup>6</sup>

Não obstante o crescimento de 12,3% (dado 2020 ser um ano bissexto, a variação do TMDA é ligeiramente diferente), o tráfego em 2021 ficou ainda bastante abaixo de 2019.

Se bem que durante os períodos de maiores confinamentos, os veículos ligeiros fossem os mais afetados, no computo do ano, os veículos pesados acabaram por crescer marginalmente menos, mantendo-se praticamente inalterado o seu peso.

TMD Pagante	Ligeiros	Pesados	Total
TMD 2020	12 636	697	13 333
TMD 2021	14 248	772	15 020
variação	12,76%	10,78%	12,65%

TMD Pagante	Ligeiros	Pesados
TMD 2020	94,77%	5,23%
TMD 2021	94,86%	5,14%

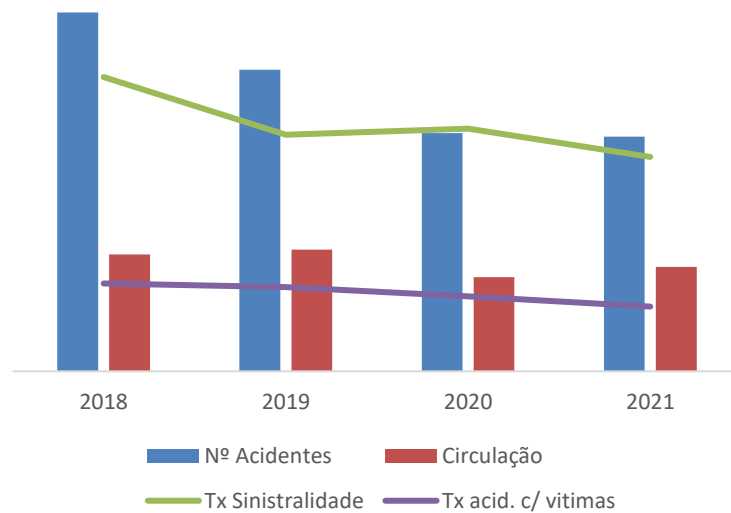


## Sinistralidade

Os indicadores de sinistralidade tiveram um comportamento globalmente positivo durante 2021, mantendo-se a tendência a que se tinha assistido em 2020 para a maioria dos indicadores.

	2018	2019	2020	2021
<b>Número de Acidentes</b>	375	315	249	245
<b>Número de mortos</b>	2	0	1	2
<b>Número de feridos graves</b>	9	12	8	8
<b>Acidentes com feridos ligeiros</b>	104	103	68	64
<b>Acidentes com feridos graves</b>	6	9	8	8
<b>Acidentes com mortos</b>	2	0	1	2
<b>Total de acidentes com vítimas</b>	112	112	77	74
<b>Taxa de Sinistralidade</b>	307,4	247,2	253,4	223,9
<b>Taxa de Acidentes com vítimas</b>	91,8	87,9	78,4	67,6
<b>Circulação rede total</b>	1,220	1,274	0,983	1,094

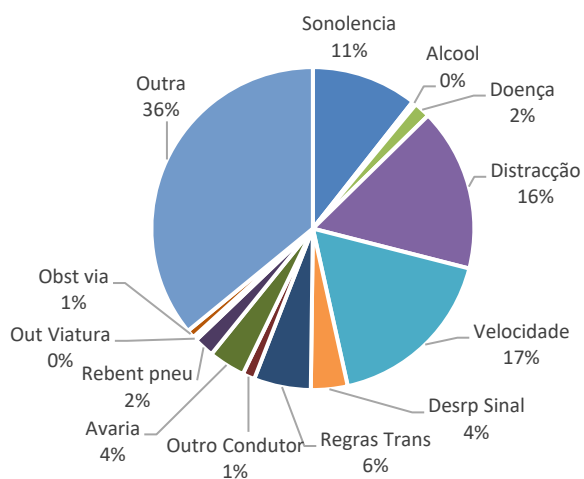
A AEA dedica uma atenção e esforços em permanência à temática da sinistralidade e é com satisfação que regista um decréscimo de 11,6% na taxa de sinistralidade e de 13,7% na taxa de acidentes com vítimas relativamente a 2020, facto que também deve ser atribuído aos condutores.



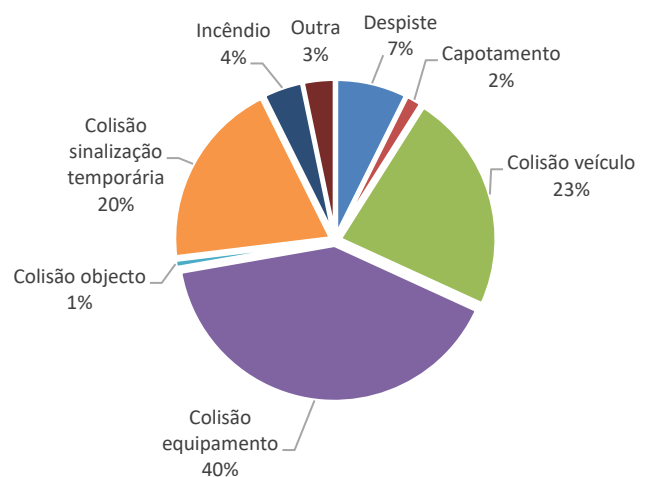
Continuando a não se registar nenhum *ponto negro* na rede, em 2021 há, infelizmente, a registar a ocorrência de duas vítimas mortais.

As causas e natureza dos acidentes são bastante diversas.

Causas dos Acidentes



Natureza do Acidente





## Áreas de Serviço

Em 2021, decorreram os processos de reversão para as Áreas de Serviço de Torres Vedras (GALP) e de Óbidos (CEPSA), cujos contratos terminaram em 31 de dezembro de 2021. Nesse período, realizaram-se igualmente os procedimentos concursais para a escolha das novas exploradoras para essas Áreas de Serviço, para o período 2022/2028.

Para a Área de Serviço de Torres Vedras, a proposta adjudicada foi a da Petrogal, mantendo-se nesta Área a marca GALP. Na Área de Serviço de Óbidos, a escolha recaiu na proposta da Prio Energy, passando esta Área a operar com a marca SHELL.

No final do ano de 2021 foram iniciados os processos de reversão das Áreas de Serviço de Nazaré e de Rio Maior, cujos contratos terminarão em finais de 2022.

## Investimento

(em euros)

	2 019	2020	2021
Equipamento de Sinalização e Segurança	63 838	207 213	0
Equipamento de Portagem	180 854	216 807	89 773
Outro equipamento	523 840	490 025	1 076 754
<i>Equipamento</i>	<i>768 533</i>	<i>914 045</i>	<i>1 166 527</i>
Obras de Arte e equiparadas		34 055	252 157
Pavimentos (*)	2 148 847	597 839	1 512 288
<b>Total</b>	<b>2 902 709</b>	<b>1 394 878</b>	<b>1 880 086</b>

(\*) em termos contabilísticos são considerados custos correntes, através da rubrica Provisões (IFRIC12)

A sinalização e os equipamentos de segurança continuaram a merecer permanente e continuada intervenção, não obstante não se ter contabilística e formalmente registado



investimento no passado exercício, sendo essas intervenções incluídas na conservação corrente.

A crescente digitalização e remotização das operações vem exigindo uma infraestrutura tecnológica robusta, segura e fiável, tendo-se concluído mais um importante projeto na área da cibersegurança, ao mesmo tempo que a AEA continua um investimento de substituição e modernização dos seus sistemas de informação, nas suas componentes físicas e lógicas.

A reformulação da rede de iluminação pública, iniciada em 2020, foi concluída. Neste momento, a AEA possui um dos mais avançados sistemas de gestão integrada desta componente das autoestradas com uma forte componente de sustentabilidade e ambiental, permitindo uma otimização operacional e económica.

Contribuindo para a descarbonização, sempre que operacionalmente viável, a substituição da frota de veículos privilegia a adoção de viaturas elétricas ou híbridas.

Foram realizados trabalhos de beneficiação do pavimento em algumas zonas do Sublanço Frielas/Loures e iniciada a empreitada de beneficiação do pavimento do Sublanço Torres Vedras Sul/Torres Vedras Norte na A8.

Os trabalhos de substituição dos aparelhos antissísmicos do Viaduto do Alcoa (A8) e do Viaduto de Rio Maior (A15) foram concluídos.

## Conservação e manutenção

A AEA realizou a planeada campanha anual de auscultação dos pavimentos (deflexões, atrito, textura e irregularidade longitudinal) em toda a extensão da rede concessionada, incluindo nós de ligação à rede viária.

Igualmente foram realizadas inspeções de rotina às obras de arte da A8 Norte e A15. Com base nos resultados das inspeções foram adjudicadas as respetivas empreitadas de



manutenção, sendo as principais intervenções ao nível das juntas de dilatação, aparelhos de apoio e reparações localizadas do betão. Igualmente, na vertente de passagens hidráulicas, e em resultado do inerente acompanhamento, prosseguiram, onde necessário, os trabalhos de reabilitação.

O plano de conservação, reforço ou substituição de pórticos de sinalização continua a ser executado, o mesmo acontecendo com a monitorização e acompanhamento, com recurso a equipamentos apropriados, dos taludes da autoestrada que apresentaram fenómenos de instabilidade ou dos taludes já intervencionados com contenções.

## Ambiente

Com vista à conclusão do Plano de Ação de ruído aprovado pela APA (Agência Portuguesa do Ambiente) em 2020, foi adjudicada a construção da barreira acústica situada ao km 77,2, sentido norte-sul, da A8.

Continuou-se o processo de migração das viaturas a diesel para viaturas elétricas ou *plug-in*. Atualmente, das 38 viaturas que constituem a frota automóvel da AEA (excluindo as viaturas alocadas à GNR), 6 são *plug-in*. Decidiu-se migrar a frota de viaturas das portagens (7 viaturas) do *diesel* para viaturas 100% elétricas, ocorrendo as substituições durante 2022.

Em paralelo, o parque de estacionamento da Sede conta já com 15 carregadores para viaturas elétricas (ou *plug-in*), e decorre a instalação de mais 9 carregadores, nas portagens e no polo da Tornada.



## Recursos Humanos

No final de 2021, a AEA tinha 150 colaboradores, menos 2 que no final de 2020.

Mesmo num ano em que se continuaram a verificar perturbações e alterações na organização tradicional do trabalho, a taxa de absentismo registou um ligeiro decréscimo, denotando o profissionalismo dos colaboradores.

	2019	2020	2021
Sede	36	36	37
Centro Operacional	31	31	30
Portagens	87	85	83
Homens	108	106	104
Mulheres	46	46	46
<b>Efetivo</b>	<b>154</b>	<b>152</b>	<b>150</b>
Média Etária	47,2	48,2	49,1
Tx Absentismo	5,0%	4,8%	4,6%

## Negociação Coletiva

Mantendo-se um contexto extremamente complexo e indefinido, e após um processo de negociação bastante difícil, conseguiu-se acordar a revisão do Acordo Coletivo de Trabalho (subscrito por AEA e pelo Sindicato da Construção, Obras Públicas e Serviços – SETACCOP). Esse acordo vigorará nos anos de 2021 e 2022.



## Desempenho

O processo anual de avaliação do desempenho abrangeu 136 colaboradores e, em resultado desse processo, progrediram na carreira 13 desses colaboradores.

## Formação

A permanência da Covid19 continuou a limitar fortemente a formação presencial. Usando, eminentemente, plataformas de videoconferência, concretizaram-se 1 022 horas de formação, o que representou, entre custos diretos e indiretos, um valor de 23 700 euros.

Uma referência especial, pelo número de formandos envolvidos e pela especial relevância do tema, para as formações na área da segurança e saúde no trabalho que envolveram mais de 100 colaboradores.

## Saúde e Segurança no Trabalho

O ano de 2021, tal como já o havia sido 2020, foi um ano bastante exigente ao nível da saúde e segurança no trabalho (SST), decorrente da pandemia da Covid19. Especificamente neste âmbito, e visando a proteção dos colaboradores, mantiveram-se em vigor um conjunto de medidas, vertidas em planos de contingência e em protocolos de operação, a que se juntaram um conjunto de ações, das quais se destaca:

- O uso massivo de equipamentos de proteção individual;
- O protocolo de colaboração com um laboratório de análises clínicas, que assegurou a realização de 38 testes de diagnóstico PCR;



- A distribuição de testes antigénio a todos os colaboradores.

Na componente de saúde ocupacional, realizaram-se 147 consultas de medicina no trabalho, 145 pacotes de análises clínicas e forneceram-se 101 vacinas contra a gripe.

A medicina curativa presencial manteve-se suspensa, em 2021, na sequência da pandemia de Covid19, tendo-se garantido a continuação da prescrição de receitas médicas, ainda que de forma remota.

Procedeu-se, através de auditorias externas, à avaliação dos riscos profissionais em todas as instalações da empresa.

## Responsabilidade Social Interna

A responsabilidade social de AEA para com os seus colaboradores e famílias assenta, no essencial, em duas vertentes:

- saúde, consubstanciada em políticas de saúde no trabalho, que vão muito além do definido legalmente (por ex.: vacinação contra a gripe, medicina curativa, análises médicas, exames auxiliares de diagnóstico), e no pagamento de um seguro de saúde a todos os colaboradores, cuja negociação anual atenta na preservação das coberturas existentes;
- família, garantindo a todos os colaboradores um seguro de vida, um seguro de acidentes pessoais e pagando a AEA um seguro de saúde a todos os 2<sup>os</sup> filhos e seguintes
- tal como em 2020, 2021 foi um ano atípico na organização do trabalho. Para além das medidas de prevenção implantadas no ambiente de trabalho, privilegiou-se, sempre que possível o teletrabalho, bem como se continuou a estender aos familiares a possibilidade de realização de testes de diagnóstico do vírus sars-cov2.



Também em 2021 não foi possível concretizar-se a festa de Natal dedicada aos filhos dos colaboradores, mantendo-se a oferta de um presente a todas crianças com menos de treze anos.

## Sistemas de Informação

A experiência colhida em 2020, essencialmente no assegurar das diferentes operações numa nova realidade, quer na vertente do apoio aos trabalhadores, quer nos crescentes requisitos de desempenho e segurança da infraestrutura dos sistemas de informação, foi extremamente útil, já que essa infraestrutura/sistemas viram continuada e acrescida a sua importância e criticidade no ano transato.

## Redes e Sistemas

Foi concluído o projeto de Cibersegurança referente à infraestrutura de Portagens e Telemática que passou pela renovação de equipamentos, pela segmentação da rede, pela melhoria da redundância da infraestrutura de comunicações e pela introdução de um controlo mais rigoroso de acesso aos equipamentos.

Ainda na vertente da Segurança, avançou-se nessa componente dos *datacenters*, assentando na adoção de soluções cuja evolução tecnológica, em termos de hardware e software, possibilita aumentar significativamente o nível de segurança da infraestrutura.

## Aplicações e Bases de Dados

Na componente aplicacional e de base de dados, foi efetuada a migração da *Intranet* da empresa para a *Cloud* usando ferramentas de desenvolvimento de aplicações Microsoft.



Em 2021, dando cumprimento a obrigações legais, foram realizadas as alterações necessárias nos sistemas de faturação para possibilitar a emissão de faturas eletrónicas.

Esta área mereceu ainda atenção, instalando-se novas *releases* e disponibilizando-se novas funcionalidades, não só no âmbito da telemática ou cobrança de portagem, mas igualmente em diversos sistemas de apoio ao negócio e à gestão.

### Telemática e Equipamentos de Portagem

Na área de telemática e portagens, prosseguiu o programa de renovação de equipamentos críticos para o sistema de cobrança (Servidores, Antenas, UPS, Baterias), bem como a implementação do protocolo DATEX II que possibilita a troca de informação entre Sistemas de Transportes Inteligentes.

O projeto de migração do sistema de pagamento com cartões bancários de um sistema *off-line* para um sistema *on-line*, com possibilidade de pagamento por *contactless*, embora tenha continuado em 2021, acabou por não ser concluído, essencialmente pela repercussão negativa provocada pela escassez de componentes/equipamentos eletrónicos que se vem verificando a nível mundial.

### Atividades APCAP

A AEA participa ativamente nas atividades da Associação Portuguesa das Sociedades Concessionárias de Autoestradas ou Pontes com Portagens (APCAP), com especial foco no acompanhamento dos Programas Europeus MedTIS, ArcAtlantic e C-Roads, bem como os de cobrança de portagens transfronteiriços.

Igualmente continuou a assegurar a sua representação nos diversos comités técnicos da Associação.



## Sistema de Gestão Integrado

A Empresa decidiu estender a certificação das suas atividades à vertente de Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001:2019), criando, juntamente com a certificação já existente segundo a norma ISO 9001:2015, um Sistema de Gestão Integrado.

Em maio de 2021 decorreu a auditoria externa que permitiu proceder à renovação da certificação de Qualidade pela Norma ISO 9001:2015.

Em junho, iniciaram-se os trabalhos tendentes à obtenção da certificação segundo a Norma ISO 45001:2019, concluindo-se a obtenção dessa certificação em maio de 2022, com a realização das auditorias externas.

Nessa data, a AEA passará a contar com duas certificações agregadas no Sistema de Gestão Integrado.

## **Análise Económico Financeira**

A menção a dois acontecimentos relevantes na área financeira:

- o capital próprio foi pela primeira vez superior ao capital social e reserva legal
- a Empresa reembolsou a totalidade da sua dívida bancária

## Proveitos Operacionais

As tarifas de portagem não foram atualizadas no dia 1 de janeiro de 2021, de acordo com o contrato de concessão.

A recuperação do tráfego, conduziu os proveitos de portagem para valores 12,1% acima dos registados no ano anterior, no entanto, 12,7% abaixo dos proveitos do ano de 2019.



Receitas operacionais	2018	2019	2020	2021	Δ% 2021-2020
Portagens	70 119,08	74 133,26	57 737,04	64 747,19	12,1%
Assistência a clientes	8,41	7,70	5,46	7,03	28,6%
Áreas de serviço	1 372,59	2 373,36	2 319,98	2 357,03	1,6%
<b>Total</b>	<b>71 500,08</b>	<b>76 514,32</b>	<b>60 062,49</b>	<b>67 111,25</b>	<b>11,7%</b>

A faturação das áreas de serviço subiu 1,6% quando comparada com o ano de 2020, com a menor severidade das restrições impostas pelo Governo a resultar numa recuperação do consumo.

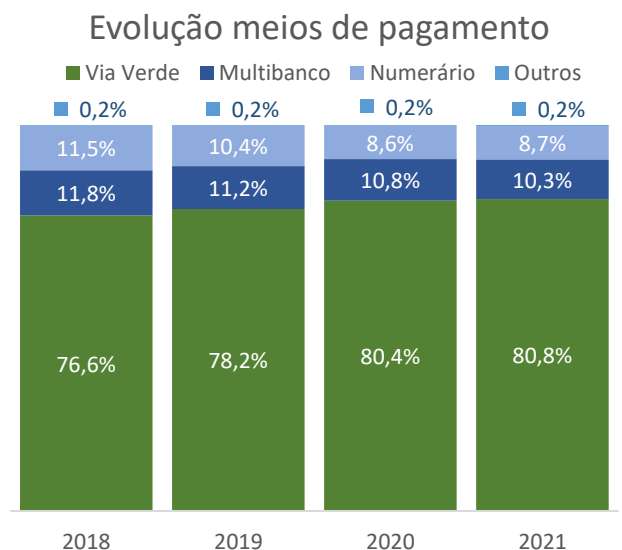
A Via Verde, com 80,8%, continuou a ser o meio de pagamento mais utilizado pelos clientes, seguido do multibanco (10,3%) e o numerário sendo o terceiro meio mais utilizado (8,7%).

Apesar de algum abrandamento, a utilização do sistema de Via Verde como meio de pagamento manteve o seu percurso ascendente em que depois de subidas de ≈2 pontos percentuais/ano entre os anos de 2018 e 2020, subiu em 2021≈0,4 p.p..

Os métodos de pagamento na via manual continuam a baixar a sua relevância.

(em milhares de euros)

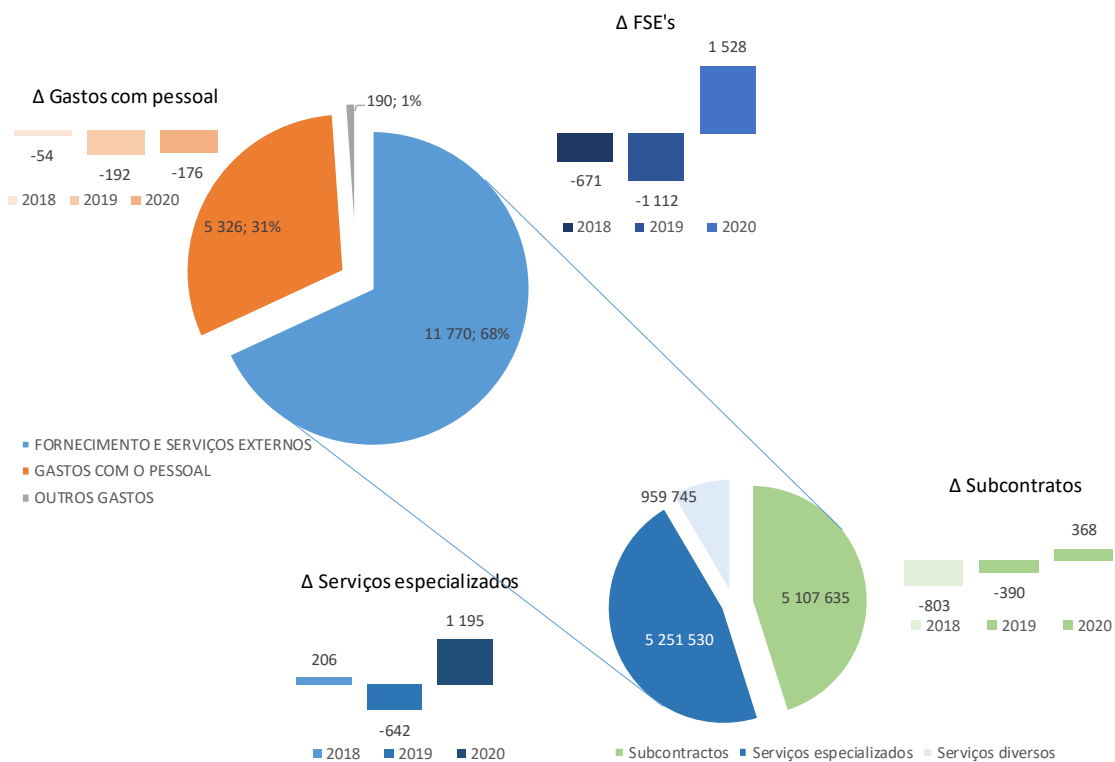
Meios de pagamento	Valor	%
<b>Via Verde</b>	<b>52 329,95</b>	<b>80,8%</b>
- Contratos	52 146,29	80,5%
- Faturas	183,66	0,3%
<b>Via Manual</b>	<b>12 417,24</b>	<b>19,2%</b>
- Numerário	5 610,18	8,7%
- Multibanco	6 654,29	10,3%
- Faturas	137,02	0,2%
- Outros	15,74	0,0%
<b>Total</b>	<b>64 747,19</b>	<b>100,00%</b>



## Custos Operacionais

Os custos operacionais atingiram 17 286 milhares de euros, registando um aumento de 8,6% ou 1 368 mil € face ao ano de 2020.

Esta subida ocorreu principalmente pela menor contenção de gastos com fornecimentos e serviços externos por comparação com o ano de 2020, os custos com subcontratos subiram 368 mil € e os serviços especializados 1 195 mil €. Os gastos com pessoal mantiveram-se abaixo de 2020 (- 176 mil €).



## Resultados

O EBITDA recuperou 11,62% para 51 254 mil € e margem de 74,78%, valores, ainda assim, inferiores aos registados nos anos pré pandemia.



A AEA apresentou, no final do exercício, um resultado líquido positivo de 27 194 mil euros, o que permitiu reforçar os seus Capitais Próprios.

Cumulativamente à recuperação da margem operacional, a empresa viu os custos da dívida descer, por consequência da redução da dívida, e reduziu as Provisões para Obras, no âmbito da IFRIC 12, pela adoção do plano de investimento aprovado pelo Conselho de Administração.

(em milhares de euros)

Indicadores	2018	2019	2020	2021	Variação	
					2021-2020	%
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>72 725</b>	<b>78 080</b>	<b>61 835</b>	<b>68 540</b>	<b>6 705</b>	<b>10,84%</b>
Proveitos de portagem	70 119	74 133	57 737	64 747	7 010	12,14%
Outros proveitos operacionais	2 606	3 947	4 098	3 793	-305	-7,45%
<b>Custos operacionais</b>	<b>18 023</b>	<b>18 596</b>	<b>15 918</b>	<b>17 286</b>	<b>1 368</b>	<b>8,60%</b>
Subcontratos	5 911	5 497	4 739	5 108	368	7,77%
Outros fornecimentos e serviços externos	6 530	7 385	5 502	6 662	1 160	21,08%
Gastos com o pessoal	5 380	5 518	5 502	5 326	-176	-3,21%
Outros custos operacionais	202	196	173	190	16	9,43%
<b>"Cash flow" operacional (EBITDA)</b>	<b>54 702</b>	<b>59 484</b>	<b>45 917</b>	<b>51 254</b>	<b>5 337</b>	<b>11,62%</b>
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>75,20%</i>	<i>76,18%</i>	<i>74,26%</i>	<i>74,78%</i>	<i>0,52%</i>	<i>0,70%</i>
Depreciações e amortizações	21 355	21 255	21 151	20 979	-173	-0,82%
Perdas por imparidade	64	81	101	94	-8	-7,57%
IFRIC 12	4 541	5 799	1 677	-11 124	-12 800	-763,43%
<b>Resultado de exploração (EBIT)</b>	<b>28 742</b>	<b>32 349</b>	<b>22 988</b>	<b>41 305</b>	<b>18 317</b>	<b>79,68%</b>
<i>Margem EBIT (%)</i>	<i>39,50%</i>	<i>41,43%</i>	<i>37,18%</i>	<i>60,26%</i>	<i>23,09%</i>	<i>62,10%</i>
Resultado financeiros	-6 788	-5 426	-6 416	-4 562	1 854	-28,89%
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>21 954</b>	<b>26 923</b>	<b>16 572</b>	<b>36 743</b>	<b>20 171</b>	<b>121,72%</b>
Impostos do exercício	-5 875	-7 143	-4 567	-9 549	-4 983	109,11%
<b>Resultado líquido</b>	<b>16 079</b>	<b>19 780</b>	<b>12 006</b>	<b>27 194</b>	<b>15 188</b>	<b>126,51%</b>

## Ativo

O Ativo Líquido reduziu-se em cerca de 24,1 milhões de euros, com especial enfoque nas:

- Amortizações e Reintegrações do exercício (19,6 milhões de euros);



- Impostos Diferidos em virtude do novo plano de repavimentações (2,8 milhões de euros).

A empresa apresentava, em 31 de dezembro de 2021, um saldo em Caixa e Depósitos Bancários de 2,6 milhões de euros.

(em milhares de euros)

Balço	2020	Movimento	2021
Ativo intangível	156 617	-18 832	137 785
Outros ativos não correntes	13 064	-3 571	9 493
Caixa e depósitos bancários	4 217	-1 615	2 602
Outros ativos correntes	5 531	-125	5 406
<b>Total do Ativo</b>	<b>179 429</b>	<b>-24 143</b>	<b>155 286</b>
Divida remunerada	106 075	-44 312	61 763
Outro passivo não corrente	26 395	-14 987	11 408
Outro passivo corrente	7 780	7 963	15 743
<b>Total do Passivo</b>	<b>140 250</b>	<b>-51 336</b>	<b>88 914</b>
Capital Social	55 000	0	55 000
Resultados transitados e reservas	-27 826	12 005	-15 822
Resultados líquido	12 005	15 189	27 194
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>39 179</b>	<b>27 194</b>	<b>66 372</b>

## Capital Próprio e Passivo

No final de 2021, e pela primeira vez na história da AEA, o capital próprio era superior ao somatório do capital social e da reserva legal.

A rubrica de Financiamentos Obtidos (Divida Remunerada), repartidos em Balço entre correntes e não correntes, tem a seguinte composição:



(em milhares de euros)

Dívida remunerada	2020	Movimento	2021
Empréstimo BEI	17 358	-17 358	0
<b>Total da dívida bancária</b>	<b>17 358</b>	<b>-17 358</b>	<b>0</b>
Suprimentos: Capital	84 567	-26 049	58 518
Suprimentos: Juros			
Juros até 2021	4 150	-4 150	0
Juros de 2021	0	3 245	3 245
<b>Total de suprimentos</b>	<b>88 717</b>	<b>-26 954</b>	<b>61 763</b>
<b>Total</b>	<b>106 075</b>	<b>-44 312</b>	<b>61 763</b>

De salientar que em novembro de 2021 o empréstimo do BEI foi integralmente amortizado.

De referir também o reembolso de aproximadamente 26 milhões de euros de suprimentos e de cerca de 4,2 milhões de euros de juros de suprimentos.

Durante 2021, a Dívida Total da Empresa diminuiu 44 milhões de euros.

## Gestão de Risco

A AEA, à semelhança da generalidade das empresas, encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resultam da sua atividade.

As políticas de gestão de risco são aprovadas pelo Conselho de Administração, não se tendo materializado nenhum desses riscos, durante o ano de 2021.

## Informações Legais

De acordo com as disposições legais em vigor informa-se que:

- Não existem quaisquer dívidas em mora de impostos, nem de contribuições para a Segurança Social;



- A Sociedade não movimentou, nem detinha quaisquer ações próprias no final do exercício.
- Não se verificaram negócios entre a Sociedade e os seus administradores.

## **Proposta de Aplicação de Resultados**

O exercício de 2021 encerrou-se com um resultado líquido de 27 193 817,50 euros, propondo o Conselho de Administração que o mesmo seja utilizado:

- Na transferência de 15 926 912,46€ para a Conta de Resultados Transitados
- No reforço da Reserva de Legal em 1 359 690,88 €
- Na distribuição de dividendos no valor de 9 907 214,17€



## Perspetivas para 2022

Não obstante a previsível continuação da proliferação de casos de infeções por Sars-cov2, o nível de vacinação, nacional e internacionalmente, permite antever um retorno progressivo a uma vivência socioeconómica sem restrições de mobilidade.

A economia nacional estará sujeita a estímulos contrários; se por um lado, a retoma da economia, o início do impacte dos projetos do Plano de Recuperação e Resiliência terão um contributo positivo, por outro, o aumento da inflação, das taxas de juro, aliados a uma escassez de recursos (humanos, matérias-primas) e de previsível decréscimo do rendimento disponível, exercerão um efeito negativo.

O impacte final resultante no tráfego espera-se positivo, permitindo o retorno a níveis pré-pandémicos.

Tal como nos últimos dois anos, e fruto das medidas internas adotadas, a AEA manterá a operacionalidade, disponibilidade, qualidade e segurança da sua rede, naturalmente impactada pela evolução futura da doença e do enquadramento socioeconómico.

A AEA continuará a manter sob estreito e permanente controlo, a evolução dos seus custos, não se perspetivando, no enquadramento socioeconómico atrás caracterizado, qualquer impedimento da sua operação ou do cumprimento das suas obrigações contratuais ou financeiras.

Em 2021 esperava-se um retornar progressivo a uma realidade pré-pandemia, o que só limitadamente veio a acontecer. Essa realidade continuou a exigir um grande empenho, profissionalismo e dedicação de todos os colaboradores, aos quais o Conselho de Administração manifesta um profundo agradecimento, agradecimento igualmente estendido, pela cooperação e apoio prestados, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas e às demais Entidades que conosco se relacionam.



Finalmente, o nosso reconhecimento aos acionistas por todo o apoio e pela continuada confiança.

Catefica, 24 de fevereiro de 2022

### O Conselho de Administração

---

Manuel Rebelo Teixeira de Melo Ramos

**Presidente**

---

Manuel de Sousa Pereira

**Vogal**

---

Manuel Eduardo Henriques de Andrade  
Lamego

**Vogal**

---

João Adolfo de Brito Portela

**Vogal**

---

José António Labarra Blanco

**Vogal**

---

José María Ojeda Ruiz de Luna

**Vogal**

---

Manuel António Garcia de Matos

**Vogal**

---

Maria Esther Ayuso Gil

**Vogal**



## **Demonstrações Financeiras 2021**



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Vendas e serviços prestados	19	67.111.253	60.062.490
Fornecimentos e serviços externos	20	11.770.059	10.241.835
Gastos com o pessoal	21	5.326.026	5.502.397
Imparidade de dívidas a receber	12	93.683	101.357
Provisões (aumentos / reduções)	15	11.874.954	425.533
Outros rendimentos e ganhos	23	1.428.687	1.772.621
Outros gastos e perdas	24	189.824	173.464
	impostos	63.035.303	45.390.525
(Gastos) / reversões de depreciações e de amortizações	7 e 8	20.978.829	21.151.350
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42.056.475	24.239.175
Juros e rendimentos similares obtidos		14.162	0
Juros e gastos similares suportados	22	5.327.518	7.667.070
Resultado antes de impostos		36.743.119	16.572.105
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	9.549.302	4.566.585
Resultado líquido do exercício		27.193.818	12.005.520
Resultado por ação básico	25	2,47	1,09

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO nº 38531

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Clara Carmezim



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	4.998.436	5.761.995
Ativos intangíveis	8	137.784.947	156.617.353
Investimentos financeiros		2.867	1.948
Ativos por impostos diferidos	9	<u>4.491.801</u>	<u>7.299.699</u>
Total do ativo não corrente		<u>147.278.050</u>	<u>169.680.995</u>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	12	4.063.911	3.475.905
Estado e outros entes públicos	13	0	582.582
Outros créditos a receber	10	869.959	876.923
Diferimentos	11	471.702	595.384
Caixa e depósitos bancários	4	<u>2.602.342</u>	<u>4.217.383</u>
Total do ativo corrente		<u>8.007.915</u>	<u>9.748.177</u>
Total do activo		<u>155.285.965</u>	<u>179.429.171</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital subscrito	14	55.000.000	55.000.000
Reserva legal	14	82.302	82.302
Outras reservas		17.408	17.408
Resultados transitados		15.926.912	27.932.432
Outras variações no capital próprio	14	<u>5.478</u>	<u>6.276</u>
		39.178.275	27.173.553
Resultado líquido do exercício		<u>27.193.818</u>	<u>12.005.520</u>
Total do capital próprio		<u>66.372.093</u>	<u>39.179.073</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Provisões	15	13.568.366	26.295.069
Financiamentos obtidos	17	61.763.071	88.717.817
Diferimentos	11	0	99.994
Total do passivo não corrente		<u>75.331.437</u>	<u>115.112.880</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Provisões	15	3.122.249	1.980.709
Fornecedores		2.217.217	1.754.725
Estado e outros entes públicos	13	4.925.731	1.742.119
Financiamentos obtidos	17	0	17.357.916
Outras dívidas a pagar	18	3.115.092	1.760.254
Diferimentos	11	<u>202.145</u>	<u>541.495</u>
Total do passivo corrente		<u>13.582.435</u>	<u>25.137.218</u>
Total do passivo		<u>88.913.872</u>	<u>140.250.098</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>155.285.965</u>	<u>179.429.171</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO n. 38531

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Clara Carmezim



AUTO-ESTRADAS DO ATLÂNTICO - CONCESSÕES RODOVIÁRIAS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		82.742.422	73.885.171
Pagamentos a fornecedores		13.316.956	13.632.686
Pagamentos ao pessoal		5.103.164	5.276.009
Fluxos gerados pelas operações		64.322.302	54.976.477
Pagamento de imposto sobre o rendimento		3.164.352	7.349.640
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		12.093.814	10.973.560
Fluxos das atividades operacionais (1)		49.064.135	36.653.277
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		0	0
		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		1.886.023	2.133.383
Fluxos das atividades de investimento (2)		1.886.023	2.133.383
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Suprimentos	17	0	0
		0	0
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	17.777.157	17.103.780
Juros e gastos similares		545.624	1.244.772
Comissões de garantias bancárias		267.153	491.903
Outros encargos financeiros		3.218	389.499
Suprimentos e respetivos juros	17	30.200.000	14.550.000
		48.793.153	33.779.954
Fluxos das atividades de financiamento (3)		48.793.153	33.779.954
Variação das contas de reserva (4)	4	3.005.704	2.975.020
Efeito das diferenças de câmbio			
Variação de caixa e seus equivalentes (5) = (1) + (2) + (3) - (4)		1.390.664	2.235.080
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	1.211.679	3.446.759
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	2.602.342	1.211.679

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO nº 38531

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Clara Carmezim



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2019	55.000.000	82.302	17.408	47.712.164	7.073	19.779.732	27.174.351
Aplicação do resultado de 2019:							
Transferência para resultados transitados	14	0	0	19.779.732	0	19.779.732	0
Movimentos ocorridos no exercício:							
Reconhecimento de subsídios	14	0	0	0	798	0	798
Resultado líquido do exercício		0	0	0	0	12.005.520	12.005.520
Saldo em 31 de dezembro de 2020	55.000.000	82.302	17.408	27.932.432	6.276	12.005.520	39.179.073
Aplicação do resultado de 2020:							
Transferência para resultados transitados	14	0	0	12.005.520	0	12.005.520	0
Movimentos ocorridos no exercício:							
Reconhecimento de subsídios	14	0	0	0	798	0	798
Resultado líquido do exercício		0	0	0	0	27.193.818	27.193.818
Saldo em 31 de dezembro de 2021	55.000.000	82.302	17.408	15.926.912	5.478	27.193.818	66.372.093

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO nº 38531

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ana Clara Carmezim



## Anexo às Demonstrações Financeiras

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. (“Empresa” ou “Concessionária”) com sede em Torres Vedras, foi constituída em 4 de novembro de 1998 e tem como objeto social a conceção, construção, financiamento, exploração e conservação de autoestradas e outras redes viárias, na zona Oeste de Portugal. De acordo com os seus estatutos, a Empresa durará pelo período em que vigorar a concessão que lhe foi atribuída.

Através do Decreto-Lei nº 393-A/98, de 4 de dezembro, foram aprovadas as bases da concessão atribuída à Empresa dos lanços de autoestrada e conjuntos viários associados na zona Oeste de Portugal, tendo em 21 de dezembro de 1998 sido assinado, com o Estado Português, o contrato de concessão. Este prevê que a concessão seja válida pelo período compreendido entre as vinte e quatro horas de 21 de dezembro de 1998 e as vinte e quatro horas de 21 de dezembro de 2028, bem como estabelece as disposições e modalidades de extinção e resgate antecipado da concessão e ainda as garantias que perduram para além do seu termo.

Na data de entrada em vigor da concessão foram transferidos para a Empresa, entre outros, um conjunto de lanços de autoestrada, equipamentos e instalações afetos, bem como pessoal e garantias associadas aos troços já construídos. Pela transferência dos lanços de autoestrada já em funcionamento a Empresa pagou um valor de 88.536.627 Euros (Nota 8).

Em 9 de outubro de 2001 entraram em exploração o lanço de autoestrada A8 – Caldas da Rainha/Marinha Grande (Este) e a totalidade da autoestrada A15 – Caldas da Rainha/Santarém. Em 28 de março de 2002 entrou em exploração o lanço Marinha Grande (Este)/Leiria, ficando assim concluída a construção dos lanços viários incluídos na concessão.

Os poderes de fiscalização do cumprimento das obrigações da Concessionária, emergentes do contrato de concessão, são exercidos pelo Ministério das Finanças nos aspetos de natureza económica e financeira e pelo Ministério da Economia e do Emprego nos demais.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

## 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas em vigor à presente data.

O SNC estabelece que, sempre que as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro não deem resposta às necessidades dos utilizadores em termos de tratamento contabilístico de determinadas situações, estes deverão supletivamente recorrer, em primeiro lugar, às IFRS tal como adotadas pela União Europeia e, de seguida, às outras IFRS ainda não adotadas pela União Europeia.

Neste contexto, é entendido como aplicável ao caso das concessões de serviço público em geral, e ao caso da Empresa em particular, a interpretação efetuada pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) relativamente a esta temática e vertida na IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços Públicos (“IFRIC 12”).

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### a. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro.

Decorrente da doença COVID-19 a AEA manteve sempre a operabilidade, disponibilidade, qualidade e segurança da sua rede implementando um plano de contingência por forma a poder continuar a cumprir com a sua atividade e inerentes obrigações, juntamente com um controlo apertado da evolução dos seus custos.

Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de capacidade para manter as atividades e cumprir com as suas obrigações, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que consideramos adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras da Empresa.

#### Ativos fixos tangíveis reversíveis

Em conformidade com o atual contrato de concessão, os bens diretamente relacionados com a atividade concessionada reverterem, sem qualquer compensação, para o Estado no final dos respetivos contratos de concessão. Estes bens estão sujeitos ao regime de domínio público e estão afetos à atividade, podendo ser administrados livremente nesse âmbito, mas não no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

Os ativos fixos tangíveis reversíveis são originalmente contabilizados pelo respetivo valor de custo de aquisição ou de construção, incluindo os custos indiretos que lhes sejam atribuíveis durante o período de construção.

Os ativos fixos tangíveis reversíveis são depreciados pelo método da linha reta, por duodécimos, ao longo da sua vida útil estimada, como segue, tendo como limite a data de término do contrato de concessão:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 28
Equipamento de transporte	4
Equipamento básico	3 – 28
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos	4 – 10

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia líquida de depreciações e perdas por imparidade acumuladas, escriturada no ativo e é reconhecida em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

b. Ativos fixos tangíveis não reversíveis

Os ativos fixos tangíveis não reversíveis são registados ao custo de aquisição, incluindo despesas imputáveis à compra deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

São depreciados utilizando o método da linha reta ao longo de uma vida útil estimada, tal como para o caso dos ativos fixos tangíveis reversíveis.

c. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas pelo método da linha reta durante a vida útil estimada dos ativos.

No caso particular do direito associado ao contrato de concessão, cujo custo corresponde aos valores pagos ao concedente, acrescido dos dispêndios suportados diretamente com a construção da infraestrutura, a amortização é efetuada no período que decorre até ao final do contrato de concessão.

d. Perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa mais pequena a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações e depreciações) caso a perda não tivesse sido registada.

e. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse; e, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos no período em que são incorridas.

f. Subsídios

Os subsídios estatais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor, quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

g. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

Em particular são constituídas provisões para fazer face à obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura a um nível de serviço especificado, tendo por base os planos de intervenção programados correspondentes às repavimentações.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

#### h. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

#### Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem, nomeadamente:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Outras dívidas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

#### Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem.

#### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade, em cada data do relato, sempre que se observem indícios de que possam estar em imparidade. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

#### i. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

No que respeita ao serviço de construção, quando é possível estimar com fiabilidade a correspondente margem, os correspondentes gastos e rendimentos são reconhecidos por referência à percentagem de acabamento do contrato na data de relato. A percentagem de acabamento é determinada de acordo com as fases de realização dos trabalhos efetuados na obra. Quando não é possível estimar com fiabilidade o resultado do contrato de construção, o rédito do contrato é reconhecido até à concorrência dos gastos do contrato incorridos que se espera recuperar. Os gastos do contrato são reconhecidos no exercício em que são incorridos. Quando é provável que os gastos do contrato vão exceder os seus rendimentos, a correspondente perda esperada é reconhecida de imediato como um gasto.

Os juros e outros gastos e rendimentos similares são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados como ativos ou passivos.

#### j. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa anual de recuperação futura.

k. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, diretamente relacionados com ativos que demorem um período de tempo substancial a estarem concluídos (incluindo ativos fixos tangíveis e intangíveis), são capitalizados fazendo parte integrante do custo do ativo.

l. Júzos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados júzos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais júzos de valor e estimativas formulados pelo Conselho de Administração na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Imparidades dos ativos não correntes

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas. A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações;

- Vidas úteis de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual a Empresa espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica ou outros, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos em questão;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)- Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela Administração no final de cada exercício, tendo em atenção a expectativa de performance no futuro;

- Provisões

As provisões, em particular as relacionadas com a obrigação contratual de manter ou repor a infraestrutura a um nível de serviço específico, têm por base planos de intervenção programados. O momento e o custo das intervenções estimadas incorporam um grau de incerteza. A variação dos pressupostos considerados e a ocorrência de determinados eventos poderá conduzir a ajustamentos significativos ao valor da provisão.

m. Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de Caixa e depósitos bancários inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica era composta por:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	319.035	319.035
Depósitos à ordem	2.283.307	892.644
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>2.602.342</b>	<b>1.211.679</b>
Contas de reserva		
Depósitos à ordem	-	3.005.704
	-	3.005.704
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>2.602.342</b>	<b>4.217.383</b>

As contas de reserva existentes em 31 de dezembro de 2020, resultavam dos termos dos contratos de financiamento, que obrigavam à manutenção de saldos de depósitos e garantias bancárias suficientes para fazer face ao serviço da dívida subsequente, compromissos de investimento e distribuições aos acionistas.

Em 31 de dezembro de 2021, com o pagamento integral da dívida, deixa de ser obrigatório a manutenção de contas de reserva.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

 5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas e estimativas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2020, apresentada para efeitos comparativos, nem foram identificados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

 6. PARTES RELACIONADAS
Identificação de partes relacionadas

O capital está totalmente subscrito e realizado, e é composto por 11.000.000 ações com valor nominal de 5 Euros, detidas da seguinte forma:

Acionistas	Número de ações	% detida
Roadis Concessões de Portugal, S.A.	5.499.999	49,99999%
Roadis Transportation Holdings, S.L.U.	1	0,00001%
Via Oeste, SGPS, S.A.	5.499.998	49,99998%
BGI - Brisa Gestão de Infraestruturas, S.A.	1	0,00001%
Brisa O&M, S.A.	1	0,00001%
	<b>11.000.000</b>	<b>100%</b>

O Conselho de Administração da AEA é composto por 4 elementos nomeados pela Roadis Concessões Portugal, S.A., e 4 elementos nomeados pela Via Oeste, S.A..

Saldos e transações

Em 31 de dezembro de 2021 os saldos e as transações efetuadas durante o exercício findo naquela data com empresas do grupo e relacionadas, são como segue:

EMPRESA	SALDOS				TRANSAÇÕES		
	Fornecedores	Financia/º obtidos (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares (Nota 22)
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	71.746	-	0	-	-	699.960	-
Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	-	-	0	144.838	-	-	-
Brisa - O & M, S.A.	300.160	-	0	-	-	1.467.073	-
AToBe-Mobility Technology, SA	359.732	-	67.833	-	271.637	1.243.640	-
Brisa Gestão de Infraestruturas, S.A.	0	-	0	-	-	22.056	-
Brisal, S.A.	-	-	1.133.263	-	-	-	-
Via Verde Portugal, SA	74.491	-	5.566	-	-	1.384.036	-
Controlauto, SA	94	-	0	-	-	568	-
Via Oeste, SGPS, S.A.	-	30.881.536	0	-	-	0	1.622.627
Roadis Portugal, S.A.	0	30.881.536	0	-	-	699.960	1.622.627
<b>TOTAL</b>	<b>806.223</b>	<b>61.763.071</b>	<b>1.206.662</b>	<b>144.838</b>	<b>271.637</b>	<b>5.517.293</b>	<b>3.245.254</b>

Em 31 de dezembro de 2020 os saldos e as transações efetuadas durante o exercício findo naquela data com empresas do grupo e relacionadas, são como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

EMPRESA	SALDOS				TRANSAÇÕES		
	Fornecedores	Financiamentos obtidos (Nota 17)	Outras dívidas a pagar (Nota 18)	Outros créditos a receber (Nota 10)	Aquisição de ativos fixos tangíveis	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares (Nota 22)
Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.	71.746	-	0	-	-	699.960	-
Brisa Concessão Rodoviária, S.A.	-	-	0	189.971	-	-	-
Brisa - O & M, S.A.	301.274	-	82	-	-	1.468.684	-
AToBe-Mobility Technology, SA	121.928	-	217.410	-	297.706	1.001.331	-
Brisa Engenharia e Gestão, S.A.	-	-	0	-	-	-	-
Brisal, S.A.	-	-	247.141	-	-	-	-
Via Verde Portugal, SA	-67.200	-	120.146	-	-	1.083.046	-
Controlauto, SA	0	-	0	-	-	674	-
Via Oeste, SGPS, S.A.	-	44.358.909	0	-	-	0	2.075.240
Roadis Portugal, S.A.	0	44.358.909	0	-	-	699.960	2.075.240
<b>TOTAL</b>	<b>427.748</b>	<b>88.717.817</b>	<b>584.778</b>	<b>189.971</b>	<b>297.706</b>	<b>4.953.655</b>	<b>4.150.480</b>

Remunerações dos órgãos da gestão

As remunerações dos órgãos sociais nos exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 foram:

	31/12/2021	31/12/2020
Conselho Fiscal	36.400	36.400
Presidente de Mesa da Assembleia Geral	2.000	2.000
	<b>38.400</b>	<b>38.400</b>

 7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis subdividem-se em reversíveis e não reversíveis, conforme revertam ou não para o Estado no final da Concessão, sem qualquer compensação.

Em conformidade com o atual contrato de concessão, os bens diretamente relacionados com a atividade concessionada revertam, sem qualquer compensação, para o Estado no final do contrato de concessão (ativos reversíveis). Estes bens estão sujeitos ao regime de domínio público e estão afetos à atividade da Empresa que os pode administrar livremente, nesse âmbito, mas não dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis reversíveis, durante os exercícios findos a 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi o seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2021
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL</b>					
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	17.392.843	-	-	-	17.392.843
Equipamento básico	24.808.289	82.384	-516.614	595.792	24.969.851
Equipamento de transporte	66.160	-	-	-	66.160
Equipamento administrativo	1.135.052	2.114	-234	-	1.136.932
Outros ativos fixos	421.218	514	-896	124.260	545.095
Ativo fixo tangível em curso	799.889	334.972	0	-734.576	400.284
<b>Total bruto</b>	<b>44.623.451</b>	<b>419.984</b>	<b>-517.745</b>	<b>-14.524</b>	<b>44.511.166</b>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	14.523.859	533.481	-	-	15.057.340
Equipamento básico	22.796.030	599.688	-516.614	-	22.879.104
Equipamento de transporte	66.160	-	-	-	66.160
Equipamento administrativo	1.129.493	2.715	-234	-	1.131.974
Outros ativos fixos	387.785	35.859	-896	-	422.747
<b>Total</b>	<b>38.903.328</b>	<b>1.171.743</b>	<b>-517.745</b>	<b>-</b>	<b>39.557.325</b>
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>5.720.123</b>				<b>4.953.841</b>

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL</b>					
Ativo bruto					
Edifícios e outras construções	17.392.843	-	-	-	17.392.843
Equipamento básico	24.454.995	100.825	-69.966	322.435	24.808.289
Equipamento de transporte	66.160	-	-	-	66.160
Equipamento administrativo	1.209.718	4.265	-78.931	-	1.135.052
Outros ativos fixos	414.618	7.409	-810	-	421.218
Ativo fixo tangível em curso	455.216	667.108	-	-322.435	799.889
<b>Total bruto</b>	<b>43.993.551</b>	<b>779.607</b>	<b>-149.707</b>	<b>-</b>	<b>44.623.451</b>
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	13.937.956	585.904	-	-	14.523.859
Equipamento básico	22.087.658	776.690	-68.318	-	22.796.030
Equipamento de transporte	66.160	-	-	-	66.160
Equipamento administrativo	1.205.122	3.303	-78.931	-	1.129.493
Outros ativos fixos	381.205	7.389	-810	-	387.785
<b>Total</b>	<b>37.678.100</b>	<b>1.373.286</b>	<b>-148.058</b>	<b>-</b>	<b>38.903.328</b>
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL REVERSÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>6.315.451</b>				<b>5.720.123</b>

No exercício findo a 31 de dezembro de 2021 estão a decorrer vários trabalhos em curso, que totalizam 400.284 Euros, destacando-se o Projeto Sibs Online e colocação de barreiras acústicas.

No decurso do ano de 2021, a Empresa procedeu ao abate de bens relativos sobretudo a “Instalações Elétricas e Iluminação”, que se encontravam totalmente depreciados.

O equipamento básico reversível bruto a 31 de dezembro de 2021 e 2020, era composto dos seguintes itens ao custo de aquisição:

Reversível	2021	2020
Equipamento de sinalização e segurança	9.399.091	9.399.091
Equipamento de telecomunicações	2.275.733	1.766.053
Instalações eléctricas e iluminação	546.384	1.032.291
Equipamento de portagem	9.531.822	9.419.337
Equipamento de apoio à exploração	1.339.024	1.313.720
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	1.877.795	1.877.795
	<b>24.969.851</b>	<b>24.808.289</b>
<b>Reversível Em Curso</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Equipamento de telecomunicações	63.998	459.664
Equipamento de portagem	250.779	276.468
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	85.507	1.850
Out. Activos Fixos tangíveis	-	61.907
	<b>400.284</b>	<b>799.889</b>
<b>Imobilizado Tangível Reversível</b>	<b>25.370.135</b>	<b>25.608.178</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

Os ativos fixos tangíveis não reversíveis, tiveram durante os anos de 2021 e 2020, o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2021
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL</b>					
Ativo bruto					
Equipamento administrativo	1.205.718	5.331	-2.503	14.524	1.223.070
Outros ativos fixos	65.478	220	-226	-	65.472
<b>Total</b>	<b>1.271.196</b>	<b>5.551</b>	<b>-2.729</b>	<b>14.524</b>	<b>1.288.542</b>
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1.163.847	17.131	-2.503	-	1.178.475
Outros ativos fixos	65.478	220	-226	-	65.472
<b>Total</b>	<b>1.229.325</b>	<b>17.351</b>	<b>-2.729</b>	<b>-</b>	<b>1.243.947</b>
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL LI</b>	<b>41.872</b>				<b>44.595</b>

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL</b>					
Ativo bruto					
Equipamento administrativo	1.182.440	24.814	-1.536	-	1.205.718
Outros ativos fixos	65.478	-	-	-	65.478
<b>Total</b>	<b>1.247.918</b>	<b>24.814</b>	<b>-1.536</b>	<b>-</b>	<b>1.271.196</b>
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1.152.823	12.559	-1.536	-	1.163.847
Outros ativos fixos	65.478	-	-	-	65.478
<b>Total</b>	<b>1.218.301</b>	<b>12.559</b>	<b>-1.536</b>	<b>-</b>	<b>1.229.325</b>
<b>ATIVO FIXO TANGÍVEL NÃO REVERSÍVEL LI</b>	<b>29.617</b>				<b>41.872</b>

## 8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos intangíveis tiveram o seguinte movimento:

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2021
<b>ATIVO INTANGÍVEL</b>					
Ativo bruto					
Software informático	640.477	25.920	-	-	666.397
Direito contratual	529.332.450	945.224	-32.449	128.634	530.373.859
Activo intangível em curso	128.634	-	-	-128.634	0
<b>Total bruto</b>	<b>530.101.560</b>	<b>971.144</b>	<b>-32.449</b>	<b>-</b>	<b>531.040.256</b>
Amortizações acumuladas					
Software informático	640.477	720	-	-	641.197
Direito contratual	372.843.731	19.789.015	-18.633	-	392.614.112
<b>Total</b>	<b>373.484.207</b>	<b>19.789.735</b>	<b>-18.633</b>	<b>-</b>	<b>393.255.309</b>
<b>ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>156.617.353</b>				<b>137.784.947</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

	Saldo inicial	Aumento	Abates	Transferências	Saldo Final 31/12/2020
<b>ATIVO INTANGÍVEL</b>					
Ativo bruto					
Software informático	640.477	-	-	-	640.477
Direito contratual	529.319.826	26.720	-14.097	-	529.332.450
Activo intangível em curso	14.670	113.964	-	-	128.634
<b>Total bruto</b>	<b>529.974.973</b>	<b>140.684</b>	<b>-14.097</b>	<b>-</b>	<b>530.101.560</b>
Amortizações acumuladas					
Software informático	640.477	-	-	-	640.477
Direito contratual	353.085.709	19.765.505	-7.483	-	372.843.731
<b>Total</b>	<b>353.726.185</b>	<b>19.765.505</b>	<b>-7.483</b>	<b>-</b>	<b>373.484.207</b>
<b>ATIVO INTANGÍVEL LÍQUIDO</b>	<b>176.248.788</b>				<b>156.617.353</b>

Como referido na Nota Introdutória, com a entrada em vigor da concessão foram transferidos para a Empresa um conjunto de lanços de autoestrada, equipamentos e instalações afetos aos troços já construídos aos quais foi atribuído um valor de 88.536.627 Euros, e que passaram a ser designados de Infraestrutura inicial, fazendo parte do direito contratual.

As aquisições do exercício findo a 31 de dezembro de 2021 referem-se essencialmente ao sistema integrado de gestão de iluminação e à renovação dos bloqueadores sísmicos nos viadutos.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor bruto dos ativos intangíveis correspondente ao direito contratual apresentava o seguinte detalhe:

Intangível	2021	2020
Infraestrutura inicial (Nota Introdutória)	88.536.627	88.536.627
Pavimentos e equipamentos conexos	236.484.812	236.484.812
Obras de arte e equiparadas	171.632.004	171.463.504
Equipamento de telecomunicações	3.853.765	3.853.765
Instalações eléctricas e iluminação	4.149.152	3.243.794
Obras acessórias e outras infraestruturas diversas	15.117.721	15.117.721
Equipamento de sinalização	10.599.778	10.632.226
	<b>530.373.859</b>	<b>529.332.450</b>
<b>Intangível Em Curso</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Alarg Ramo A8/A21 S/N	-	22.005
Inst. eletricas e iluminação	-	106.629
	-	128.634
<b>Imobilizado intangível</b>	<b>530.373.859</b>	<b>529.461.083</b>

## 9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%. O referido imposto pode ser incrementado pela Derrama Municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável.

Para o exercício de 2021, a taxa nominal de imposto poderia variar entre 22,5% e 31,5%, dependendo do valor de lucro tributável (“LT”) apurado, o qual será tributado às seguintes taxas:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

<b>Taxas de IRC</b>	<b>21%</b>
<b>Derrama municipal</b>	<b>1,50%</b>
<b>Derrama estadual</b>	
LT mais de 1.500.000 até 7.500.000	<b>3%</b>
LT mais de 7.500.000 até 35.000.000	<b>5%</b>
LT superior a 35.000.000	<b>9%</b>

Nos termos do artigo 88º do Código do IRC, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou existam inspeções, reclamações/impugnações, casos estes em que, os prazos são prolongados ou suspensos. As declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis (“PFR”) é de cinco períodos de tributação, com exceção de 2020 e 2021 cujo período é de 12 anos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Empresa não tem prejuízos fiscais reportáveis.

#### Impostos diferidos

O imposto sobre o rendimento contabilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontra-se ajustado pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos.

São apenas reconhecidos ativos por impostos diferidos, quando exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

O detalhe dos ativos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, dizem respeito à provisão para obras de repavimentação, cujos movimentos foram:

<b>Ativos por impostos diferidos</b>	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Provisão para obras de repavimentação	4.491.801	7.299.699

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

<b>Reconciliação da taxa de imposto:</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Resultado antes de impostos	36.743.119	16.572.105
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
<b>Imposto esperado</b>	<b>7.716.055</b>	<b>3.480.142</b>
Diferenças temporárias		
Provisão para obras de repavimentação (i)	-11.585.162	1.229.921
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	<b>-2.432.884</b>	<b>258.283</b>
Diferenças permanentes:		
Quotizações	-17.698	-17.698
Outras situações	-5.025	-332
	-22.723	-18.030
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	<b>-4.772</b>	<b>-3.786</b>
Ajustamentos à coleta (ii)	24.215	22.727
Derrama Municipal	377.029	266.760
Derrama Estadual	1.061.762	694.200
<b>Imposto do exercício</b>	<b>6.741.404</b>	<b>4.718.326</b>
Imposto corrente (Nota 13)	6.741.404	4.718.326
Imposto diferido	2.807.898	-151.741
	<b>9.549.302</b>	<b>4.566.585</b>

(i) O montante inclui os reforços, reversões e utilizações da rubrica de provisões (Nota 15)

(ii) Este montante corresponde à parcela de IRC que resulta da tributação autónoma das despesas com viaturas ligeiras de passageiros.

#### 10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

A composição desta rubrica a 31 de dezembro de 2021 e 2020, era a seguinte:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Pessoal	4.689	8.510
Devedores por acréscimo de rendimentos (i)	563.429	590.106
Débitos diversos	11.558	0
Exploração conjunta (ii):		
Brisa - Concessão Rodoviária, S.A.	144.838	189.971
Ascendi Grande Lisboa, S.A.	56.033	40.176
IP- Infraestruturas de Portugal, S.A.	89.412	48.161
	<b>869.959</b>	<b>876.923</b>

(i) Correspondem a rendas das áreas de serviço, ainda não faturados

(ii) Correspondem a receitas da Empresa cobradas por outras concessionárias.

A rubrica inclui, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, saldos com partes relacionadas nos montantes de 144.838 Euros e 189.971 Euros, respetivamente (Nota 6).

#### 11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os diferimentos ativos tinham a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2021	31/12/2020
Seguros (i)	322.289	319.963
Outros gastos a reconhecer	142.996	168.061
Custos com Garantias bancárias	6.418	107.360
	<b>471.702</b>	<b>595.384</b>

(i) Corresponde, essencialmente, ao seguro All-Risks, da auto-estrada

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os diferimentos passivos correntes e não correntes referem-se, essencialmente, a rendas das Áreas de serviço, recebidas antecipadamente.

## 12. CLIENTES

As principais rubricas de clientes, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, eram relativas a:

	31/12/2021	31/12/2020
Portagens	6.156.490	5.564.310
Assistência a utentes	67.640	64.978
Áreas de serviço	90.940	43.918
Diversos	-143	-39.968
	<b>6.314.927</b>	<b>5.633.238</b>
Imparidades	-2.251.016	-2.157.333
	<b>4.063.911</b>	<b>3.475.905</b>

As perdas por imparidades apresentavam os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.157.333	2.055.975
Reversão	-	-
Utilização	-	-
Reforço	93.683	101.357
<b>Saldo final</b>	<b>2.251.016</b>	<b>2.157.333</b>

## 13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Saldos devedores</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	-	582.582
<b>Saldos credores</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	2.504.813	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	60.586	59.278
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.263.988	1.585.000
Contribuições para a Segurança Social	96.344	97.841
	<b>4.925.731</b>	<b>1.742.119</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o saldo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas compõe-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Pagamento especial por conta	-	-
Pagamento por conta	3.125.487	3.659.072
Pagamento adicional por conta	612.648	1.188.174
Retenções na fonte	498.455	453.662
Estimativa de imposto do exercício de 2020 (Nota 9)	-6.741.404	-4.718.326
	<b>-2.504.813</b>	<b>582.582</b>

#### 14. CAPITAL E RESERVAS

Capital realizado: Em 31 de dezembro de 2021, o capital da Empresa estava totalmente subscrito e realizado, e era composto por 11.000.000 de ações com o valor nominal de 5 Euros cada.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do lucro tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados de 2019: Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 26 de março de 2020 foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2019 para resultados transitados.

Aplicação de resultados de 2020: Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 25 de março de 2021 foi deliberada a transferência do resultado líquido do exercício de 2020 para resultados transitados.

Outras variações do capital próprio: A rubrica de outras variações do capital próprio é composta pelos subsídios do governo que, de acordo com o normativo contabilístico em vigor, são inicialmente reconhecidos em capital próprio.

#### 15. PROVISÕES

A provisão registada reflete a obrigação contratual da Empresa de manter e repor a infraestrutura a um nível de serviço especificado nos termos do Contrato de Concessão, nomeadamente através da realização de obras de repavimentação.

Esta provisão é constituída ao longo do período que medeia entre a ocorrência das referidas intervenções, por contrapartida de um gasto operacional, com base no valor presente do gasto estimado a incorrer em cada momento.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

O movimento das provisões, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como segue:

	<b>31/12/2021</b>		
	Corrente	Não corrente	Total
Saldo inicial	1.980.709	26.295.069	28.275.779
Transferencias	3.127.612	-3.127.612	-
Utilização	-461.402	-	-461.402
Reversões	-3.921.216	-14.613.972	-18.535.188
Aumentos	2.396.547	5.014.877	7.411.425
	<b>3.122.249</b>	<b>13.568.366</b>	<b>16.690.615</b>

	<b>31/12/2020</b>		
	Corrente	Não corrente	Total
Saldo inicial	2.256.480	24.789.377	27.045.858
Transferencias	1.570.195	-1.570.195	-
Utilização	-446.778	-	-446.778
Reversões	-1.848.005	-1.510.484	-3.358.488
Aumentos	448.816	4.586.371	5.035.187
	<b>1.980.709</b>	<b>26.295.069</b>	<b>28.275.779</b>

De referir que no início do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram revistas as projeções de investimentos para 2021 – 2028 relativos às referidas intervenções, tendo em conta o âmbito da intervenção e a data em que as mesmas serão realizadas atendendo às condições das vias, sendo este plano suportado pelo entendimento de consultores independentes. Esta revisão implicou o registo de uma reversão no montante de 13.590.860 Euros.

Este plano de investimentos foi igualmente atualizado no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, relativamente ao investimento efetivamente realizado em 2021 o que implicou o registo de uma reversão adicional no montante de 4.944.328 Euros.

A provisão é sujeita a atualização financeira em cada data de relato financeiro, por contrapartida de um gasto financeiro, sendo a taxa de atualização correspondente à taxa de financiamento contratada.

De realçar que o reforço da provisão tem duas componentes, correspondentes à dotação de cada período e à atualização financeira da provisão constituída:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Dotação do período	6.660.232	3.784.020
Atualização financeira (Nota 22)	751.193	1.251.166
	<b>7.411.425</b>	<b>5.035.187</b>

A 31 de dezembro de 2021, a Empresa está envolvida em diversos processos judiciais ascendendo os valores das respetivas ações a, aproximadamente, 8.312.000 Euros, valor que inclui um processo em que AEA é demandada apenas subsidiariamente e onde se pretende a condenação da Infraestruturas de Portugal num montante mínimo de 3.542.000 Euros. Atendendo (i) aos pedidos de indemnização em que se consubstanciam aquelas ações, (ii) à cobertura assegurada pelas seguradoras nalguns casos e (iii) à responsabilidade primária de terceiros noutros casos, e portanto subsidiária da AEA, a responsabilidade máxima de AEA ascende a, aproximadamente, 138.000 Euros. É entendimento do Conselho de Administração que das mesmas não resultarão para a Empresa quaisquer responsabilidades que não estejam devidamente refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

**16. GARANTIAS PRESTADAS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as atualizações das garantias bancárias foram, respetivamente:

	<b>31-12-2021</b>	<b>31-12-2020</b>	
G.Bancária a favor do Estado Português	5.536.117	5.541.511	
G.Bancária - BEI	-	17.777.157	
G.Bancária - Reserva Serviço da Dívida	9.500.000	9.500.000	Beneficiário: CGD
G.Bancária - Reserva de Investimento	-	14.936.800	Cancelada

A Garantia Bancária BEI foi anulada com o pagamento integral ao BEI (nota 4) e formalmente cancelada a 7 de janeiro de 2022 e a Garantia Bancária de Reserva de Serviço da Dívida, que se vence a 28 de fevereiro de 2022, antecipadamente cancelada a 18 de janeiro de 2022.

**17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a composição dos financiamentos obtidos era a seguinte:

	<b>31/12/2021</b>			<b>31/12/2020</b>		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Empréstimos</b>						
Capital						
BEI (i)	-	-	-	17.357.916	-	17.357.916
	-	-	-	17.357.916	-	17.357.916
<b>Suprimentos (ii)</b>						
Capital	-	58.517.817	58.517.817	-	84.567.337	84.567.337
Juros	-	3.245.254	3.245.254	-	4.150.480	4.150.480
	-	61.763.071	61.763.071	-	88.717.817	88.717.817
<b>TOTAL</b>	-	<b>61.763.071</b>	<b>61.763.071</b>	<b>17.357.916</b>	<b>88.717.817</b>	<b>106.075.733</b>

O empréstimo obtido junto do Banco Europeu de Investimento (EIB – Facility Agreement) era composto por 3 tranches, que venciam juros às taxas anuais de 4,94%, 5,07% e 0,881%, respetivamente.

- i. A 30 de novembro de 2021 o empréstimo do BEI foi totalmente liquidado, tal como previsto no plano de reembolsos.
- ii. No exercício de 2021 os suprimentos pagos foram distribuídos em partes iguais por cada um dos acionistas.

Os momentos de amortização de suprimentos no exercício de 2021 foram os seguintes:

	<b>Amortização de Suprimentos</b>			
	mai/21	jun/21	dez/21	Total
Juros	3.000.000	1.150.480	-	4.150.480
Capital	-	6.049.520	20.000.000	26.049.520
	<b>3.000.000</b>	<b>7.200.000</b>	<b>20.000.000</b>	<b>30.200.000</b>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o capital em dívida de suprimentos ascendia a:

	2021	2020	Taxa Euribor
Juros	3.245.254	4.150.480	12 meses acrescida de 4,5%
Capital	58.517.817	84.567.337	
	<b>61.763.071</b>	<b>88.717.817</b>	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
(Montantes expressos em Euros)

É expectativa da Empresa que o reembolso destes montantes ocorra a médio e longo prazo.

### 18. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as outras dívidas a pagar tinham a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	658.502	658.464
Fornecedores de investimento	606.168	436.043
Credores por acréscimo de gastos		
Custos financeiros	43.480	43.571
Custos administrativos	31.641	35.527
Custos técnicos	608.451	321.835
Outros acréscimos de custos	33.587	16.784
	717.158	417.716
Exploração conjunta -Brisal-Auto-estradas do Litoral, S.A.	1.133.263	247.141
Outros credores	0,00	890
	<b>3.115.092</b>	<b>1.760.254</b>

As rubricas de outras dívidas a pagar incluem saldos com empresas do grupo e relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de 1.206.662 Euros e 584.778 Euros, respetivamente (Nota 6).

### 19. RÉDITO

As vendas e serviços prestados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, tiveram a seguinte composição:

	31/12/2021	31/12/2020
Portagens	64.870.867	57.814.351
Assistência a utentes	7.029	5.464
Áreas de serviço	2.357.031	2.319.982
Descontos e abatimentos	-123.673	-77.307
	<b>67.111.253</b>	<b>60.062.490</b>

### 20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos Fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era o seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Subcontratos	5.107.635	4.739.416
Serviços especializados	5.251.530	4.056.483
Materiais	49.768	61.647
Energias e fluídos	396.582	407.221
Deslocações e estadas	4.799	5.382
Serviços diversos	959.745	971.686
	<b>11.770.059</b>	<b>10.241.835</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021  
 (Montantes expressos em Euros)

A rubrica de fornecimentos e serviços externos inclui transações com empresas do grupo e relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de 5.517.293 Euros e 4.953.655 Euros, respetivamente (Nota 6).

### 21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de Gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, era detalhada como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração dos órgãos sociais (Nota 6)	38.400	38.400
Remuneração do pessoal	4.113.922	4.135.317
Indemnizações	95.000	217.400
Encargos sobre remunerações	915.756	918.873
Seguro acidentes de trabalho	40.618	40.921
Gastos de ação social	108.002	137.604
Outros gastos com o pessoal	14.328	13.881
	<b>5.326.026</b>	<b>5.502.397</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número médio de pessoas ao serviço da Empresa foi de 152 e 153, respetivamente.

### 22. JUROS E GASTOS SIMILARES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os juros e gastos similares suportados detalham-se como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Juros suportados		
Juros de empréstimos	485.240	1.187.194
Juros de suprimentos	3.245.254	4.150.480
Outros juros	5	73
	<b>3.730.498</b>	<b>5.337.747</b>
Atualização financeira - provisão IFRIC 12 (Nota 15)	751.193	1.251.166
Gastos financeiros com empréstimos	845.824	1.078.156
Outros gastos financeiros	3	0
	<b>5.327.518</b>	<b>7.667.070</b>

A rubrica de juros e gastos similares suportados inclui transações com empresas do grupo e relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, no montante de 3.245.254 Euros e 4.150.480 Euros, respetivamente (Nota 6).

### 23. OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros rendimentos decompunha-se do seguinte modo:

	31/12/2021	31/12/2020
Portagens suplementares (multas, taxas máximas)	840.992	680.276
Indemnizações de acidentes	397.852	485.831
Indemnizações de Seguro Obras	0	497.241
Outros rendimentos e ganhos	189.843	109.273
	<b>1.428.687</b>	<b>1.772.621</b>

**24. OUTROS GASTOS**

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Outros gastos decompunha-se do seguinte modo:

	<b>31/12/2021</b>	31/12/2020
Taxas e impostos indirectos	3.711	8.133
Tarifas da SIEV	119.867	107.014
Quotizações	35.060	35.060
Indemnizações de acidentes	28.085	18.703
Outros	3.101	4.553
	<b>189.824</b>	<b>173.464</b>

**25. RESULTADO POR AÇÃO**

O Resultado por ação básico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi determinado conforme segue:

	<b>31-12-2021</b>	31-12-2020
Resultado líquido do período	27.193.818	12.005.520
Número de ações em circulação	11.000.000	11.000.000
Resultado por ação básico	2,47	1,09

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiram quaisquer efeitos diluidores, pelo que o resultado por ação diluído é igual ao resultado por ação básico.

**26. EVENTOS SUBSEQUENTES**

A 7 de janeiro de 2022 foi celebrado o “Deed of Discharge and Release” entre todas as partes envolvidas no financiamento bancário sénior da AEA tendo sido canceladas todas as garantias e obrigações previstas no respetivo contrato de financiamento.

Não ocorreram outros eventos materialmente relevantes que afetem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro da Empresa, e que, conseqüentemente, devam ser objeto de referência, ou que pela sua relevância devam ser objeto de divulgação.

O CONTABILISTA CERTIFICADO n.º 38531

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO